



RISUS - Journal on Innovation and Sustainability
Volume 4, número 3 – 2013
ISSN: 2179-3565
Editor Científico: Arnoldo José de Hoyos Guevara
Assistente Científico: Alessandro Marco Rosini
Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REAÇÃO EM CADEIA

Rodrigo de Oliveira Lima

Pós-Doutorando em Relações Internacionais, PUCS. Doutor em Ciências Sociais, Membro do Núcleo de Análise e Conjuntura Internacional, NACI, PUC-SP

E-mail: rodrigohist@hotmail.com

Resumo: Este artigo discute o desenvolvimento sustentável, especialmente no sistema financeiro internacional, a partir da crise de 2008, sobretudo nos princípios que fundamentaram as crises financeiras e de dívidas. Destaca-se, a taxação do sistema nas matérias que regulam a emissão de poluentes e suas consequências aos vínculos financeiros.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; arranjos; finanças.

Data do recebimento do artigo: 20/09/2013

Data do aceite de publicação: 15/12/2013

INTRODUÇÃO

A disputa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no sistema financeiro internacional sobre o crédito de carbono tem problematizado as negociações para o desenvolvimento sustentável. A contestação está na responsabilidade da captura de carbono, em suas emissões, sobretudo, na definição de um cálculo seguro dos reais retornos financeiros através da estocagem e eliminação do carbono da atmosfera. Medido através do custo de produção de energias renováveis, e do cálculo da taxa global do apoio público ao benefício tecnológico, o aquecimento global também está sendo calculado sobre o Produto Interno Bruto dos países e apresenta graves distorções. A primeira delas é a condição paradigmática, de ter um objetivo desejável que é a defesa da Gaia como causa motriz do homem; o desenvolvimento sustentável além de evidenciar um forte componente axiomático, rearticula a descrença nos métodos científicos, principalmente àqueles voltados a exploração e produção de produtos, com forte influência no sucateamento e inutilização de algumas tecnologias. E a segunda distorção está na defesa do nível de consumo das gerações futuras, que podem ser entendida como uma habilidade de manutenção do vínculo financeiro entre os países e que está localizada em contendas reguláveis que apostam sempre na reação em cadeia. De acordo com as perspectivas de crescimento econômico para os países no sistema financeiro internacional, e de acordo com o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (SET/2011), a recuperação econômica tornou-se muito mais incerta. A economia mundial sofre com a confluência de dois desenvolvimentos adversos. O primeiro é uma recuperação muito mais lenta nas economias avançadas e o segundo é um grande aumento na incerteza fiscal e financeira, que tem sido particularmente acentuada nos últimos anos. (BLANCHARD, 2011).

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As principais críticas sobre este modelo de sistema se concentram na possibilidade de comprometimento da capacidade futura do sistema em alcançar objetivos primários, com um sistema financeiro baseado na capacidade de contínua propulsão de investimentos, calculada, sobre uma base de eficiência dos governos em adotarem reservas permanentes. O estabelecimento de confiança geral para o desenvolvimento sustentável é uma exigência genuinamente política com influência de seus próprios reveses. É compreensível que se tenha na acumulação de capital e tecnologia no século XXI um ponto de fusão que poupará recursos e substituirá as atividades atuais poluentes (NORDHAUS, 1999). Porquanto, a responsabilidade sobre novas formas de combustíveis não poluentes é partilhada no sistema financeiro internacional entre os países, e apoiada pelo Fundo Monetário Internacional em suas linhas de créditos para desenvolvimento (STERN, 2008). Tais créditos dão condições de estabilidade ao mercado mundial de comércio na superação de suas falhas, através de seu fortalecimento. Justamente porque há em curso o estreitamento das relações sociais entre povos, comunidades e sociedades que sinalizam o progresso da economia na ideia de um capital social (DASGUPTA, 2000). Esse capital social ampliaria acordos sobre um conjunto de incentivos comuns e de padrões básicos, entre os países. Entretanto, a imposição de tributos sobre as emissões de carbono ajustar-se-ia na prevenção de crises do próprio sistema financeiro, aperfeiçoando a globalização. (PINGUELLI, 2007)

Algumas questões principais: (I) A percepção sobre o caráter global da crise atual e de suas implicações sistêmicas, que realça a importância das economias emergentes, indica que eventuais soluções devem ser necessariamente compartilhadas pelas economias desenvolvidas;

(II) Há necessidade de reformar e adaptar as instituições financeiras internacionais às novas características dos mercados globais, uma vez que se provaram inadequadas para lidar de forma ágil e eficiente com as crises financeiras anteriores; (III) A importância do conceito de prevenção de crises e a necessidade de institucionalizar mecanismos capazes de evitar o fenômeno do contágio estabeleceu mecanismos de âmbito global para a implementação de princípios muitos deles relacionados às atividades de supervisão e regulação dos sistemas financeiros nacionais.

No que se refere à primeira questão, o caráter global da crise serviu para disseminar a ideia de que a saúde das economias centrais e a estabilidade da economia mundial dependem de respostas para a crise atual e de que a reforma do sistema financeiro internacional deve necessariamente derivar de discussões, que incluam economias emergentes e em desenvolvimento. Isto não produz ainda ideia clara. Os foros mais apropriados e eficazes para abrigar estes debates, tais como os organismos multilaterais existentes, vistos como foros naturais para o debate e a implementação de medidas de reforma do sistema monetário internacional também provaram grande eficácia para a reflexão e o avanço dos consensos em algumas áreas e são vistos com bons olhos pelos países emergentes, geralmente subrepresentados nos organismos formais. O importante reconhecimento de que mesmo as economias que adotam políticas macroeconômicas consistentes podem ser afetadas por fatores externos é de que evitar esse efeito contágio é uma responsabilidade global, ainda é de perplexidade e dúvidas diante de cursos de ação concretos a serem seguidos. Enquanto as respostas devem ser necessariamente globais, os meios de ação nem sempre o são, e por isso a tomada de posições para o estabelecimento de mecanismos de prevenção de crises e para a reforma das instituições de Bretton Woods dependerá em grande medida de ações internacionais concertadas, o que depende em grande parte da posição que vierem a adotar os Estados Unidos.

O CUSTO FINANCEIRO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Existem algumas inferências razoavelmente aceitas como ponto de partida para o desenvolvimento sustentável. A primeira é a de que, na escala de prioridades dos países em desenvolvimento, as medidas de controle da poluição ocupam plano secundário dentre as prioridades de agenda dos governos, sempre reclassificado e reconduzido entre o binômio, crescimento e desenvolvimento, pautado na ordem internacional do pareamento de renda per capita via padrão das Nações Unidas. Uma segunda inferência é que o investimento no controle das emissões de efluentes da indústria, comparativamente a investimentos diretamente relacionados com o aumento da produção, deve acarretar custos reais mais elevados para os países em desenvolvimento, do que para os países desenvolvidos. A terceira inferência é que a privatização do custo social de medidas preventivas de poluição — isto é, a atribuição da responsabilidade dos custos de limpeza ambiental ao setor privado — é muito mais difícil nos países em desenvolvimento, porquanto nestes a empresa privada geralmente experimenta maior escassez de capital e possui menores possibilidades de acesso ao seu mercado, do que no caso das indústrias maduras e robustas dos países desenvolvidos. (CAMPOS, 1996) Há, portanto, uma dificuldade de aplicação de coeficiente para a captura de poluição que leva em consideração o grau de inferência dos Governos na restrição de suas demandas aos projetos de desenvolvimento sustentável e de meio ambiente, ainda que propostas como o Programa das Nações Unidas Para Meio Ambiente, intitulado Economia Verde em que foram perspectivados 2% do PIB mundial, ou equivalente, destinados a programas sobre a redução da emissão de CO₂

e o impacto sobre a biodiversidade, sirvam de coeficiente para testar o pareamento de renda per capita entre países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, e seu impacto no custo social.

As dúvidas em relação ao estabelecimento de amplos e ágeis mecanismos para evitar crises, têm parte de suas origens no temor do moral hazard, cujas desvantagens têm se mantido conservadas. A Alemanha, por exemplo, mantém um posicionamento resistente aos mecanismos inovadores para lidar com crises e se mantém a favor da implementação de medidas de supervisão e transparência globais para controlar a volatilidade e a falta de transparência dos mercados. Além disso, as autoridades germânicas são reticentes quanto ao estabelecimento de esquemas específicos para a renegociação de dívidas soberanas que possam implicar em diminuição dos riscos de mercados assumidos por devedores e credores. Nessa mesma linha o Reino Unido reforça, em parte, tendência conservadora também, tendo como principais propostas para lidar com as crises, a instituição de códigos de conduta em matéria fiscal, monetária e financeira, de Corporate Governance, capazes de fornecer um índice que servirá como parâmetro para comparação de investimentos para as Economias Nacionais.

Já houve também a proposta da criação de um Comitê para a Regulação das Atividades Financeiras Globais, que coordenaria as atividades do FMI, BIRD, BIS e outros, na área de supervisão e regulação dos mercados financeiros. Reformas desse tipo, contudo, além de congelar estruturas com representações distorcidas no que se refere ao peso das economias emergentes no sistema financeiro mundial, parecem claramente superficiais em face do desafio de administrar as novas características dos mercados financeiros internacionais. E, os reverses em política não tardam a aparecerem. O caso da França, ao tentar posição protagônica no processo de reflexão sobre os temas financeiros internacionais com o lançamento de suas Doze Propostas, teve como principal objetivo o reforço das atividades deliberativas do Comitê Interino do FMI nos anos de 1990, em que apareceu a contenção ao Japão, enfraquecido por suas próprias incertezas domésticas, apoiada pelos EUA e pelo FMI por ocasião da crise asiática, como reorientação a sua demanda interna e como estratégia de crescimento regional. (DE LIMA, 2011)

No conjunto, as condicionalidades se tornaram cada vez mais rigorosas com claras alterações nos fluxos financeiros. A prevenção de crises e a contenção do efeito de contágio têm consagrado a importância do FMI em produzir mecanismos preventivos que possam sempre contribuir para a retomada de confiança dos mercados e evitar que crises atinjam países que estejam comprometidos com políticas macroeconômicas saudáveis. Neste caso, o desenvolvimento sustentável alimenta a produção desses mecanismos ao mesmo tempo em que o moral hazard, tratará do reconhecimento explícito das vantagens das eventuais linhas de contingência para os países beneficiários, uma vez que se trata de mecanismos inovadores. Essas linhas prometem desembolso rápido de ajuda financeira caso concretizado certos sinais de crise no setor externo.

A REAÇÃO EM CADEIA

O estabelecimento de padrões nas áreas de supervisão e contabilidade geralmente medidas através da surveillance para o fortalecimento dos sistemas financeiros nacionais instiga cada vez mais a disseminação de padrões e regulamentos para o funcionamento dos

Bancos e para a regulação dos mercados de valores. A preocupação é com a alta velocidade das transações em âmbito mundial, e já é comum nos mercados internacionais às transações de alavancagem em operações com base num mesmo papel, que ocorreram nos casos em que se alugaram títulos por alguns dias ou horas para lastrear operações. Essas atividades muitas vezes fogem ao controle das instituições fiscalizadoras nacionais e é exemplo de que a estreita cooperação dessas autoridades em caráter bilateral e multilateral é fundamental para garantir a estabilidade sistêmica. Essas evidências crescentes do alto risco incorrido por bancos e instituições privadas na alavancagem de recursos somam-se à experiência asiática, em que o alto grau de endividamento de instituições financeiras em muitos países foi o grande responsável pelos desequilíbrios nos balanços de pagamentos. É fácil deduzir no que se refere aos movimentos de capitais que há um consenso geral sobre a necessidade de manutenção da eficiência dos mercados com recurso pleno para a alocação de soluções no longo prazo, e já se admite que um conflito de interesses vindo, sobretudo de crises orçamentárias que ligam os países desejosos do cancelamento de dívidas, combinadas as proibições burocráticas dos seus Estados com a também desejável taxaço sobre o sistema financeiro internacional nas matérias que regulem a emissão de poluentes, pondo em marcha a reação em cadeia.

O formato indefinido dessa eventual ajuda financeira internacional indica de um lado as incertezas da comunidade financeira internacional sobre o formato exato de eventuais mecanismos preventivos e, de outro, o fato de que o programa econômico e as medidas fiscais tenha necessariamente que se referir ao maior envolvimento do setor privado na prevenção e solução de crises, seja mediante a institucionalização de esquemas de renegociação de créditos ou através do reconhecimento das situações extremas em que o setor privado deverá incorrer em maiores riscos relativamente a suas opções de investimento. As sugestões de linha de ação para o setor privado incluem desde a aplicação universal e mais estrita de códigos de insolvência já existentes até a criação de cláusulas que preveem a negociação coletiva na emissão de bônus por países emergentes. O maior desafio para a incorporação do setor privado em mecanismos desse tipo é a contínua fragmentação dos credores internacionais nos dias de hoje, o que torna as renegociações mais complexas. Pois há uma vigorosa expansão de negócios realizados entre os mercados e os estados, em que a expansão de créditos, a realização futura de gastos de consumo e os investimentos têm produzido uma complexa engenharia financeira que por sua vez considera a complicação existente no jogo de forças entre as potências maiores e potências menores, sistematicamente nas estratégias: a) da necessidade de avaliação perceptiva sobre os fenômenos políticos na luta por prestígio internacional, embutidos nos liames da cooperação financeira internacional; b) do reexame do equilíbrio internacional avalizado também na popularização da política internacional; c) da necessidade da materialização da política, tacitamente, nos problemas de política objetiva, evitando, assim, a aspiração e a recidiva nos contratos de refund e de refinanciamentos no FMI; e) na premência e distinção do papel do FMI, estimando-o, sempre, como órgão produtor de autoridade dos Estados Unidos, na promoção da harmonia de interesses, em sua regularidade histórica de predomínio financeiro internacional como pressuposto à permanência de estabilidade.

É preciso avançar na prospecção de uma revisão global da fórmula de Quotas para 2013 com o compromisso de completar a próxima revisão geral de Quotas de Janeiro de 2014. Esta deve ser parte importante do contingente e governança, sobretudo para países como o Brasil,

a Rússia, a Índia e a China. Não pode haver backtracking sobre este ponto. Uma vez que o aumento de Quota em 2010 tornou-se eficaz, o Brasil, por exemplo, será o décimo maior titular no Fundo. No entanto, o Brasil é atualmente a sétima maior economia no mundo, medido pelo PIB em ambas as taxas de mercado de câmbio ou de paridade de poder de compra. Na próxima revisão das Quotas, o Brasil pode subir no ranking em termos de Quota-parte e poder de voto no Fundo. O mesmo é válido para a Colômbia, a segunda maior economia do eleitorado do Brasil no órgão. Ainda nesse sentido, a próxima etapa da Quota e realinhamento de poder de voto deve combinar-se aos esforços do G20.

É preciso ainda lembrar que seu papel engloba diversos aspectos da natureza econômica nacional e internacional, bem como a) a percepção sobre o caráter global de crise financeira e de suas implicações sistêmicas, que realça a importância das economias emergentes e indica que eventuais soluções devem ser necessariamente compartilhadas pelas economias desenvolvidas; b) A necessidade de reformar e adaptar as instituições financeiras internacionais às novas características dos mercados globais, uma vez que se provaram inadequadas para lidar de forma ágil e eficiente com a atual crise financeira internacional; c) A importância do conceito de prevenção de crises e a necessidade de institucionalizar mecanismos capazes de evitar o fenômeno do contágio; d) A necessidade de estabelecer mecanismos de âmbito global para a implementação dos princípios relativos às atividades de supervisão e regulação dos sistemas financeiros nacionais; e) A adoção do gradualismo na promoção do movimento de liberalização da conta de capitais; f) O maior desenvolvimento do setor privado na prevenção e solução de crises.

Ainda que o FMI sofra pressões de seus maiores acionistas, a Vigilância é instrumento eficaz para a promoção de pontos de vista independentes estimuladores do debate mais diversificado e estratégico. Essa combinação deve ser encampada na perspectiva de vanguarda pelos países em desenvolvimento, para seu fortalecimento em relação ao amadurecimento de governança. A instituição deve ser reforçada para a promoção do equilíbrio em tomada de decisão, de modo a erradicar a percepção generalizada de que os principais países desenvolvidos subordinam sempre os demais países membros. É preciso ainda lembrar que isso depende crucialmente de uma nova redistribuição de Quotas e de poder de voto em favor dos países em desenvolvimento. A Reforma do Sistema Monetário Internacional, e do Sistema Financeiro Internacional depende do reconhecimento de seu papel transformador no processo entre a possibilidade e a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHARD, Olivier. World Economic Outlook Update. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/01/pdf/0112.pdf> Acesso em 28 de fev. 2012.

CAMPOS, Roberto. Antologia do Bom Senso. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996.

DE LIMA, Rodrigo. A Política Externa Financeira no Desenvolvimento Internacional. São Paulo: Tese de Doutorado, 2011.

DASGUPTA, Dipak. The Role of Short-Term Debt in Recent Crises. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/12/dadush.htm>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012.

ROSA, Luiz Pinguelli. Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas, velhas questões. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

SAMUELSON, Paul Anthony; WILLIAM, Nordhaus. Economia. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

STERN, Nicholas. Leveraging through the International Financial Institutions. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gmr/2008/eng/gmr.pdf><http://www.imf.org/external/pubs/ft/gmr/2008/eng/gmr.pdf>. Acesso em 06 de fevereiro de 2012.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AS A CHAIN REACTION

Rodrigo de Oliveira Lima

Pós-Doutorando em Relações Internacionais, PUCS. Doutor em Ciências Sociais, Membro do Núcleo de Análise e Conjuntura Internacional, NACI, PUC-SP

E-mail: rodrigohist@hotmail.com

Abstract: This article discusses sustainable development, especially in the international financial system, from the 2008 crisis, especially the principles that underlie financial crises and debt. It should be noted, the taxation system in the areas that regulate the emission of pollutants and their effects on financial ties.

Keywords: Sustainable development; arrangements, finances.